

Acórdão: 2.561/02/CE  
Recurso de Revisão: 40.060106271-67  
Recorrente: Fazenda Pública Estadual  
Recorrido: Marcos Tonin  
Proc. Sujeito Passivo: Débora Rezende Aguiar Nunes /Outros  
PTA/AI: 01.000137591-31  
Inscrição PR: 651/0200 (Autuado)  
Origem: AF/São Sebastião do Paraíso  
Rito: Sumário

**EMENTA**

**EXPORTAÇÃO - NÃO INCIDÊNCIA - DESCARACTERIZAÇÃO - CAFÉ -** Imputada a saída de 221 sacas de café beneficiado, acobertadas pela nota fiscal nº773.313 de 14/10/99, com fins específico de exportação, ao abrigo indevido da não incidência prevista no art. 5º, inciso III, § 1º, item 1, do RICMS/96. In casu, a classificação do café resultou em espécie nova (rebenefício), ensejando a descaracterização da não incidência, tratando-se, pois, de operação interestadual pura e simples. Ressalte-se, ainda, que o Memorando de Exportação não atende às exigências regulamentares e que os documentos apresentados para comprovar a exportação indicam que a mesma foi realizada por estabelecimento diverso daquele a quem a mercadoria foi remetida, hipótese também vedada pela legislação. Corretas as exigências fiscais, cabendo a reforma da decisão da Câmara *a quo*. Recurso de Revisão conhecido e provido à unanimidade.

**RELATÓRIO**

A autuação versa sobre a saída de 221 sacas de café beneficiado acobertadas pela nota fiscal de produtor rural nº 773.313 de 14/10/99, com finalidade específica de exportação, ao abrigo indevido da não incidência prevista no art.5º, inciso III, § 1º, item 1, do RICMS/96. Irregularidade decorrente da constatação da existência de divergências entre o café enviado para exportação e a mercadoria efetivamente exportada, além da divergência entre as empresas destinatárias (Exportadoras), consignada na nota fiscal de produtor e a constante nos Registros de Exportação

A decisão consubstanciada no Acórdão n.º 14.990/01/3ª, pelo voto de qualidade, julgou improcedente o Lançamento, cancelando-se as exigências de ICMS e Multa de Revalidação.

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Inconformada, a Recorrente interpõe, tempestivamente, e por intermédio de procurador legalmente habilitado, o Recurso de Revisão de fls. 61/69, requerendo, ao final, o seu provimento.

O Recorrido, também tempestivamente, e por intermédio de procurador legalmente habilitado, contra-arrazo o recurso interposto (fls. 72/79), requerendo, ao final, o seu não provimento.

A Auditoria Fiscal, em parecer de fls. 80/89, opina pelo não provimento do Recurso de Revisão.

---

### **DECISÃO**

Superada, de plano, a condição de admissibilidade capitulada no art. 137 da CLTA/MG, posto que a decisão recorrida foi tomada pelo voto de qualidade, revela-se cabível o presente Recurso de Revisão.

<sup>1</sup>“A autuação versa sobre a descaracterização da não incidência do ICMS sobre operação de exportação de café face à constatação de que a mercadoria remetida pelo Produtor Rural autuado fora submetida a processo de rebeneficiamento antes da efetiva exportação, conforme demonstram os dados consignados no Registro/Despacho de Exportação e aquele constante da nota fiscal anexada aos autos, comprovando que a mercadoria exportada difere do estado em que foi enviada a empresa comercial exportadora. Além disso, foram apresentados registros de exportação/despachos de exportação/conhecimentos de embarque emitidos pela Cia. Importadora e Exportadora Coimex estabelecida em Vitória/ES quando o exportador deveria ser a Cia. Importadora e Exportadora Coimex - localizado em Leme/SP em razão de ter sido o destinatário original da mercadoria o qual consta no documento fiscal. Exige-se ICMS e MR.

O cerne da discussão neste processo é se o café constante da nota fiscal emitida pelo Autuado é o mesmo café que consta dos documentos de exportação assim entendido, aquele produto que se encontra absolutamente no mesmo estado que estava quando saiu do estabelecimento remetente. O Fisco entende que houve utilização indevida da não incidência prevista no art. 5º, Inciso III, § 1º, item 1 do RICMS/96, já que o café passou por processo de rebeneficiamento, o que é vedado pela legislação.

Analisando a nota fiscal de remessa da mercadoria pelo produtor e os documentos de exportação, verifica-se que, de fato, a mercadoria descrita apresenta especificação diversa, confirmando, que antes da remessa do produto para o exterior o mesmo passou por processo de rebeneficiamento. Cumpre ressaltar que o café remetido

---

<sup>1</sup> Voto vencido proferido pela Conselheira Cleusa dos Reis Costa, por ocasião do julgamento na Egrégia 3ª Câmara, em sessão de 19.09.01.

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

para o exterior deve estar no mesmo estado em que foi recebido do remetente, ou seja, é vedado o seu rebeneficiamento, conforme disposto no art. 7º, § 3º, Lei 6.763/75.

Nos termos da legislação tributária, considera-se industrialização qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto ou o aperfeiçoe para o consumo, tal como o beneficiamento (Art. 222, Inciso II, letra b do RICMS/96).

Mister se faz aqui, alguns esclarecimentos. As classificações por peneiras, por tipo, por bebida e por cor são obrigatórias nas operações que destinem café ao exterior, sendo que tais classificações são consideradas como **beneficiamento** (limpeza, descascamento) ou de **rebeneficiamento** (separação por tamanho e forma, com o uso de peneiras e ventiladores; separação pela cor, feita por processo eletrônico, pela ação de células fotoelétricas, possibilitando a eliminação dos grãos verdes, pretos e ardidos).

Pela descrição do produto exportado, nota-se claramente a existência de rebeneficiamento, senão vejamos:

1 - Classificação por peneiras: O classificador por peneiras, equipamento formado por um conjunto de 12 peneiras – com crivos de diversas medidas e de formatos diferentes (oblongos ou circulares) – e colunas de ventilação, destina-se a classificar os grãos pela forma e pelo tamanho e a separar as escolhas. De acordo com a peneira utilizada, os grãos de café podem ter a seguinte classificação:

- Chato grosso – peneiras 17, 18 e 19;
- Chato médio – peneiras 15 e 16;
- Chatinho – peneiras 12, 13 e 14;
- Moca grosso – peneiras 11, 12 e 13;
- Moca médio – peneira 10;
- Moquinha – peneiras 8 e 9.

2 - Classificação por tipo (NY, Cob): A classificação do café por tipo é feita com base na contagem dos grãos defeituosos ou das impurezas contidas numa amostra 300 g. de café beneficiado. Essa classificação obedece à tabela oficial criada pela bolsa de café de Nova York, em 1885, onde cada tipo de café corresponde a um número maior ou menor de defeitos encontrados em sua amostra;

3 - Bebida: Para se conhecer a qualidade do café, realiza-se a prova da xícara, pela qual o provador avalia as características de gosto e aroma do café. O profissional provador, que deve ser formado em cursos reconhecidos mundialmente, emite um laudo que acompanha o café a ser exportado. Segundo a classificação oficial, o café brasileiro apresenta sete escalas de bebidas:

- Mole – sabor agradável, suave e adocicado;
- Estritamente mole – semelhante ao mole, mas de forma mais acentuada;
- Apenas mole – sabor suave, mas com leve adstringência ou aspereza no paladar;
- Dura – gosto acre, adstringente e áspero;

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- Riada – leve sabor de iodofórmio;
- Rio – cheiro e gosto acentuado de iodofórmio.

4 - Cor: Há ainda a classificação por cor, de acordo com a aparência, conservação ou envelhecimento. A cor do grão poderá ser classificada em oito gradações diferentes, que vão de verde (café novo) ao amarelo (café muito velho).

Para melhorar a qualidade do café e por conseguinte, a sua classificação, o café inicialmente beneficiado pelo produtor em equipamento seu ou de terceiro, passa por uma nova fase denominada de rebenefício (industrialização) que inclui a uniformização do tamanho dos grãos do café e a diminuição dos defeitos existentes no café beneficiado.

A Impugnante confirma que a descrição da nota fiscal não é a mesma que encontra-se consignada nos documentos de exportação argumentando que a simples mudança na denominação do produto trata-se de um procedimento adotado pela empresa Comercial Exportadora para a mercadoria ser melhor aceita no mercado externo e que o Produtor Rural não possui conhecimento técnico acerca das peculiaridades existentes nas operações de exportação não tendo condição de classificá-la corretamente mas, que a mercadoria exportada é exatamente a mesma que foi remetida pelo produtor e que a destinatária fez somente **reclassificar** (g.n.) a mercadoria.

Como se pode observar, depreende do texto reproduzido da peça defensiva da Impugnante que a mercadoria descrita no documento fiscal emitido pelo Autuado não foi efetivamente exportada e essa reclassificação aludida na defesa nada mais é que rebeneficiamento do café, ou seja, industrialização.

A constatação do rebeneficiamento do café antes de sua exportação, descaracteriza a não incidência do ICMS na operação praticada pelo Produtor Autuado, nos termos do art. 5.º, § 2.º, do RICMS/96:

**Art. 5º** - O imposto não incide sobre:

III - a operação, a partir de 16 de setembro de 1996, que destine ao exterior mercadoria, inclusive produtos primário e produto industrializado semi-elaborado, bem como sobre prestação de serviços para o exterior;

§ 1º - A não-incidência de que trata o inciso III alcança:

1) a operação que destine mercadoria com o fim específico de exportação para o exterior, observado o disposto nos artigos 259 a 270 do Anexo IX, a:

1.2) empresa comercial exportadora, inclusive "trading company";

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2º - O disposto no item 1 do parágrafo anterior somente se aplica à operação de remessa da própria mercadoria a ser exportada posteriormente, no mesmo estado em que se encontre, ressalvado o seu simples acondicionamento ou reacondicionamento." (g.n.)

Veicula no § 2º do artigo acima citado norma de natureza restritiva. Destarte, o benefício da não incidência do imposto no caso em tela, é concedido sob condição resolutiva, ou seja, a manutenção da desoneração depende de comprovação do embarque da mercadoria para o exterior, exatamente no estado em que fora remetida para a empresa exportadora.

O cotejo dos documentos emitidos pelos exportadores com as notas fiscais utilizadas pela Impugnante evidencia que o produto exportado diverge daquele originalmente remetido. Vê-se, claramente, que o café enviado para o Exterior passou por processo de beneficiamento (industrialização), recebendo a classificação adequada. Assim, o produto remetido pela Autuada foi aprimorado pelas empresas exportadoras, antes do embarque para o exterior, recebendo denominações diversas.

Em resposta à Consulta Fiscal Direta n.º 830/97, a Divisão de Orientação Tributária da Diretoria de Legislação Tributária manifestou-se nos seguintes termos:

“O benefício da não-incidência, na saída de mercadoria com o fim específico de exportação, como salientado pelo art. 5º, § 2º, do RICMS/96, somente se aplica àquela destinada a ser exportada no estado em que se encontrar no momento de sua saída do estabelecimento que a remeter para o estabelecimento exportador. Na hipótese de, após sua saída, se efetuar, ou dever se efetuar, algum processo de beneficiamento, ou outro capaz de descaracterizar o produto originário, o **benefício não se aplica.**” (DOT/DLT/SRE, 29.09.97). Destaque nosso.

A não incidência prevista no artigo 3º da Lei Complementar 87/96 alcança as remessas de mercadorias remetidas com o fim específico de exportação. Pelo que depreendemos, a operação narrada nos autos não foi com este fim, e sim com finalidade de rebeneficiamento e, **posteriormente**, exportação do café já em outro estado ou classificação com alteração das características extrínsecas (tipo e peneira) e intrínseca (bebida) das mercadorias efetivamente exportadas e as originárias de Minas Gerais.

Ademais, além da divergência na reclassificação, reiterando, que somente poderia ser obtida com a submissão da mercadoria a processo industrial específico de rebeneficiamento, foram apresentados registros de exportação/despachos de exportação/conhecimentos de embarque emitidos pela Cia. Importadora e Exportadora Coimex estabelecida em **Vitória/ES** quando o exportador deveria ser a Cia. Importadora e Exportadora Coimex localizado em **Leme/SP** em razão de ter sido o destinatário original da mercadoria o qual consta no documento fiscal.

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A conceituação de “saída com fim específico de exportação”, foi dada pela Lei Federal 9.532/97, art. 39, que reza:

“Consideram-se adquiridos com o fim específico de exportação os produtos remetidos diretamente do estabelecimento industrial para embarque de exportação ou para recintos alfandegados, por conta e ordem da empresa comercial exportadora”.

O “modus operandi” das empresas comerciais exportadoras do ponto de vista da **movimentação e armazenamento das mercadorias adquiridas para fins de exportação**, está expresso no Regulamento Aduaneiro, Decreto n.º 91.030, de 05/03/85:

“Art. 350 - São beneficiários do regime de entreposto aduaneiro na exportação:

I) na modalidade de regime comum, aquele que, observadas as normas pertinentes, depositar mercadoria, destinado ao mercado externo, em entreposto aduaneiro;

II) na modalidade de regime extraordinário, as empresas comerciais exportadoras referidas no inciso II do artigo 337, relativamente às mercadorias que adquirirem para o fim específico de exportação, seja depositando-as em entreposto aduaneiro, seja promovendo o seu embarque direto.  
(Destaque nosso)

(...)

Inferre da norma supracitada que também foi irregular a operação de exportação uma vez realizada por outra exportadora que não a consignada no documento fiscal.

Insta registrar que havendo previsão legal não se configura o caráter confiscatório da penalidade imputada.

Comprovada a descaracterização da não incidência do imposto ( artigos 7º, § 1º e 3º da Lei 6763/75 e art. 5º, § 1º e 2º do RICMS/96). Corretas as exigências de ICMS e MR tipificada no art. 56, II da Lei 6763/75.”

Desta forma, há de se reformar a decisão da Câmara *a quo*, para restabelecer as exigências fiscais.

Diante do exposto, ACORDA a Câmara Especial do CC/MG, em preliminar, à unanimidade, em conhecer do Recurso de Revisão interposto pela Fazenda Pública Estadual. No mérito, também à unanimidade, deu-se provimento ao Recurso de Revisão para restabelecer as exigências fiscais. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Windson Luiz da Silva (Revisor), Francisco Maurício Barbosa Simões, Luciana Mundim de Mattos Paixão e Aparecida Gontijo

**CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Sampaio. Pela Impugnante, sustentou oralmente a Dr<sup>a</sup> Débora Rezende Aguiar Nunes e, pela Fazenda Pública Estadual, o Dr. Carlos Victor Muzzi Filho.

**Sala das Sessões, 15/03/02.**

**José Luiz Ricardo  
Presidente**

**Roberto Nogueira Lima  
Relator**

CC/MIG